

Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências

ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE



ESTATUTO DA CARREIRA DE DOCENTE

SÍNTESE DO CONTEÚDO

CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º: Objecto

Artigo 2º: Definições

Artigo 3º: Âmbito de Aplicação

Artigo 4º: Natureza

Artigo 5º: Princípios Gerais

CAPÍTULO II: CATEGORIAS E FUNÇÕES DO CORPO DOCENTE

Secção I: Categorias do Corpo Docente

Artigo 6º: Categoria do Corpo Docente

Artigo 7º: Selecção de Docentes

Secção II: Ingresso e Progressão

Artigo 8º: Admissão e Enquadramento

Artigo 9º: Enquadramento na Categoria de Professor Titular

Artigo 10º: Enquadramento na Categoria de Professor Associado

Artigo 11º Enquadramento na Categoria de Professor Auxiliar

Artigo 12º: Enquadramento na Categoria de Assistente

Artigo 13º: Enquadramento na Categoria de Assistente Estagiário

Artigo 14º: Vigência dos requisitos de enquadramento

Artigo 15º: Pessoal Docente especialmente Contratado

Artigo 16º Categorias do Pessoal Docente Especialmente Contratado

Secção III: Funções do Corpo Docente

Artigo 17º: Funções Gerais dos Docentes

Artigo 18º: Funções Específicas do Professor Titular

Artigo 19º: Funções Específicas do Professor Associado

Artigo 20º: Funções Específicas do Professor Auxiliar

Artigo 21º: Funções Específicas do Assistente

Artigo 22º: Funções Específicas do Assistente Estagiário

Artigo 23º: Funções Específicas do Pessoal Docente Especialmente Contratado

Secção IV: Perfil do Pessoal Docente Especialmente Contratado

Artigo 24º: Perfil do Professor Visitante

Artigo 25º: Perfil do Professor Convidado

CAPÍTULO III: REGIME ESPECÍFICO DE RECRUTAMENTO E PROVIMENTO DO CORPO DOCENTE

Secção I: Disposições Comuns

Artigo 26º: Oportunidade de Provimento

Artigo 27º: Modalidades de Recrutamento

Secção II: Recrutamento e Provimento dos Docentes do Quadro de Pessoal

Artigo 28º: Recrutamento por Via de Ingresso

Artigo 29º: Recrutamento por Via de Progressão

Artigo 30º: Modalidades de Provimento do Corpo Docente

Artigo 31º: Provimento de Professores Titulares

Artigo 32º: Provimento de Professores Associados

Artigo 33º: Provimento de Professores Auxiliares

Artigo 34º: Provimento de Assistentes

Artigo 35º: Provimento de Assistentes Estagiários

Artigo 36º: Quadro de Professores

Artigo 37º: Antiguidade e Progressão

Secção III: Concurso para o Provimento das Categorias de Professores Titular, Associado e Auxiliar

Artigo 38º: Determinação da Abertura dos Concursos e Quadro de Pessoal

Artigo 39º: Finalidade dos Concursos

Artigo 40º: Abertura do Concurso

Artigo 41º: Provas Públicas

Artigo 42º: Equiparação

Secção IV: Recrutamento e Provimento do Pessoal Docente Especialmente Contratado

Artigo 43º: Provimento do Pessoal Docente Especialmente Contratado

Artigo 44º: Provimento de Professores Visitantes

Artigo 45º: Provimento de Professores Convidados

CAPÍTULO IV: REGIME ESPECÍFICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE

Artigo 46º: Modalidades de Prestação de Serviço

Artigo 47º: Regime de Tempo Integral

Artigo 48º: Regime de Tempo Parcial

Artigo 49º: Dedicção Exclusiva

Artigo 50º: Âmbito do Serviço Docente

Artigo 51º: Serviço Docente Nocturno

Artigo 52º: Leccionação por Mais de Um Professor

Artigo 53º: Aposentação

Artigo 54º: Transição

CAPÍTULO V: DEVERES E DIREITOS DOS DOCENTES

Artigo 55º: Deveres dos Docente

Artigo 56º: Direitos dos Docentes

Artigo 57º: Liberdade de Orientação e de Opinião Científica

Artigo 58º: Regalias

Artigo 59º: Férias e Licenças

Artigo 60º: Licença Sabática

Artigo 61º: Dispensa de Serviço Docente dos Assistentes e Professores Auxiliares

CAPÍTULO VI: DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 62º: Deficiências e Irregularidades

Artigo 63º: Dúvidas e Omissões

Artigo 64º: Entrada em Vigor

Anexo 1: Conjunto de Requisitos para Progressão na Carreira de Docente

PREÂMBULO

O Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC), que tem como entidade Promotora a PDA – Pessoas, Desenvolvimento e Associados, foi institucionalizado ao abrigo do Despacho Presidencial nº4 7/11 de 04 de Julho, no âmbito do Decreto-Lei nº 90/09, de 15 de Dezembro sobre as Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino Superior e criado ao abrigo do Decreto Executivo nº 111/11 inserido no Diário da República de Angola I Série nº 149, de 05 de Agosto de 2011. Assume como principais designios a produção e a difusão de cultura e de conhecimento científico e a criação de um espaço de formação dinâmico e aberto correspondente às áreas destinadas ao Ensino, Investigação e Extensão.

O processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente compreendeu um extenso período de consultas, diálogo e consensualização. Assim, o actual Estatuto da Carreira Docente observa o descrito nos Artigos seguintes.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º (Objecto)

O Estatuto da Carreira Docente, adiante designado por Estatuto, estabelece os princípios, regras, mecanismos e procedimentos que regem o pessoal integrado na Carreira Docente do Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências - ISPTEC.

Artigo 2º (Definições)

Para efeitos do presente Estatuto, considera-se Corpo Docente, todo o pessoal integrado na Carreira Docente que, possuindo competências académicas e experiência profissional comprovadas, é recrutado para desempenhar tarefas e exercer funções de docência, investigação científica e extensão.

1. Artigos – publicações que constituem uma descrição de estudos e descobertas originais ou revisões feitas através de investigações científicas actuais.
2. Carreira Docente – conjunto de categorias em que se integram os profissionais que exercem funções académicas universitárias constantes.
3. Categoria – unidade de classificação da organização do quadro regular da carreira, fundamentada no grau académico, experiência em funções Docentes, tempo de serviço na docência no ensino superior, produção técnico-científica, académica e profissional.
4. Categoria Docente – estado de progressão na carreira de quadro de Professores.
5. Formação Pedagógica – curso de aperfeiçoamento do Docente, com a finalidade de capacitar os Professores com conhecimentos didácticos e pedagógicos relacionados a metodologias do ensino superior.
6. Ingresso – início de funções laborais, no âmbito da política normativa de contratação Docente, para novos candidatos ao quadro do ISPTEC.

7. Progressão – passagem à categoria profissional superior, no âmbito do concurso interno dos Docentes do ISPTEC.
8. Revista Científica – periódica, nacional ou internacional, destinada a promover o progresso da ciência, com divulgação dos resultados de novas investigações.
9. Unidade Curricular (UC) – unidade de ensino com objectivos de formação próprios e que é objecto de inscrição administrativa e de avaliação traduzida numa classificação final.

Artigo 3º (Âmbito de Aplicação)

1. O presente Estatuto aplica-se ao pessoal da Carreira Docente no domínio dos princípios orientadores, categorias, funções e perfil.
2. Nos domínios do recrutamento, provimento, modalidades de selecção e regime de prestação de serviço, deveres e direitos, em função das respectivas especificações correspondentes.
3. O presente Estatuto é extensivo, nas disposições aplicáveis, ao pessoal não integrado na Carreira Docente que seja especialmente contratado para o exercício da docência no ISPTEC.

Artigo 4º (Natureza)

A Carreira Docente do ISPTEC integra o pessoal especializado e com qualificação superior, a quem compete assegurar as funções de carácter académico, científico e de extensão nos domínios específicos da formação de quadros de excelência, para diferentes ramos de actividade económica e social, bem como da promoção da investigação científica e de extensão.

Artigo 5º (Princípios Gerais)

A Carreira Docente do ISPTEC rege-se, em geral, pelos princípios aplicáveis consagrados na Lei de Bases do Sistema de Educação, no regime específico e nas

Normas Gerais reguladoras do Subsistema do Ensino Superior, designadamente os seguintes:

- a) Papel reitor do Estado;
- b) Liberdade académica e científica;
- c) Qualidade dos serviços;
- d) Recrutamento do Corpo Docente por avaliação selectiva;
- e) Provimento do Corpo Docente do quadro por contrato administrativo;
- f) Acesso às categorias verticais da carreira, por vacatura, mérito e a título de promoção;
- g) Contratação especial do Corpo Docente não integrado no quadro do pessoal.

CAPÍTULO II CATEGORIAS E FUNÇÕES DO CORPO DOCENTE

Secção I Categorias do Corpo Docente

Artigo 6º (Categorias do Corpo Docente)

Entende-se por Docente do quadro regular aquele que, contratado por tempo indeterminado, com grau mínimo de licenciado, realiza actividades de ensino, investigação e extensão, com seu enquadramento realizado nas categorias e níveis descritos neste Estatuto.

1. O Corpo Docente do ISPTEC compreende as classes dos Professores e a dos Assistentes, respectivamente.
2. As categorias do Corpo Docente são as seguintes:
 - a) Professor Titular;
 - b) Professor Associado;
 - c) Professor Auxiliar;
 - d) Assistente;
 - e) Assistente Estagiário.
3. Pode ser especialmente contratado outro pessoal, não integrado na respectiva carreira, para desempenhar as funções de docência no ISPTEC, com as categorias e nos termos previstos no Artigo 16.

Artigo 7º (Seleção de Docentes)

A admissão do Docente para o quadro de pessoal Docente, nos termos do presente Estatuto de Carreira, será realizada por meio de processo selectivo regulamentado pelo Conselho Científico e pelo Conselho de Direcção.

Secção II Ingresso e Progressão

Artigo 8º (Admissão e Enquadramento)

1. O Docente contratado será admitido e enquadrado na respectiva categoria em conformidade com o presente Estatuto.
2. O Docente poderá requerer seu novo enquadramento mediante promoção, de acordo com este Estatuto, desde que atendidas as exigências da categoria pleiteada:
 - a) A promoção deverá ser requerida pelo Docente à Direcção Científica e de Extensão, que a encaminhará ao Conselho Científico do ISPTEC, anexando-se a documentação comprobatória, e no caso de ser aprovada, a remuneração correspondente ao novo enquadramento será paga no mês seguinte à aprovação.
 - b) Qualquer irregularidade na comprovação da documentação apresentada implica o cancelamento do enquadramento, independentemente de outras sanções legais.

Artigo 9º (Enquadramento na Categoria de Professor Titular)

O enquadramento de Docentes na Categoria de Professor Titular obedece aos seguintes critérios:

I – Para admissão:

Possuir o grau de Doutor com pelo menos seis anos de experiência profissional de docência em nível superior na categoria de Professor Associado ou similar;

Cumprir com os seguintes requisitos que constam no Anexo I:

- Obtenção de 50 pontos na Tabela I: Produção Científica Qualificada;
- Obtenção de 15 pontos na Tabela II: Actividades Associadas ao Ensino, Investigação e Extensão;
- Obtenção de 10 pontos na Tabela III: Gestão Universitária e,

Ter obtido aprovação em Prova Pública.

Artigo 10º **(Enquadramento na Categoria de Professor Associado)**

O enquadramento de Docentes na Categoria de Professor Associado obedece aos seguintes critérios:

I – Para admissão:

Possuir o grau de Doutor com pelo menos cinco anos de experiência profissional de docência em nível superior na categoria de Professor Auxiliar ou similar;

Cumprir com os seguintes requisitos que constam no Anexo I:

- Obtenção de 40 pontos na Tabela I: Produção Científica Qualificada;
- Obtenção de 12 pontos na Tabela II: Actividades Associadas ao Ensino, Investigação e Extensão;
- Obtenção de 8 pontos na Tabela III: Gestão Universitária.

II – Para progressão:

Ter estado na categoria de Professor Associado pelo menos seis anos cumprindo com competência as funções estabelecidas nessa categoria, definidas no Artigo 19º deste Estatuto.

Ter avaliação em média de 70% (escala de 0 a 100) na avaliação docente, durante o período de permanência na categoria.

Durante o período de vigência desta categoria, cumprir com os seguintes requisitos que constam no Anexo I:

- Obtenção de 50 pontos na Tabela I: Produção Científica Qualificada;
- Obtenção de 15 pontos na Tabela II: Actividades Associadas ao Ensino, Investigação e Extensão;
- Obtenção de 10 pontos na Tabela III: Gestão Universitária e,

Ter obtido aprovação em Prova Pública.

Artigo 11º **(Enquadramento na Categoria de Professor Auxiliar)**

O enquadramento de Docentes na categoria de Professor Auxiliar obedece aos seguintes critérios:

I – Para admissão:

Possuir o grau de Doutor, sem exigência de experiência de docência em nível superior.

II – Para progressão:

Ter estado na categoria de Professor Auxiliar pelo menos cinco anos cumprindo com competência as funções estabelecidas nessa categoria, definidas no Artigo 20º deste Estatuto.

Cumprir com os seguintes requisitos que constam no Anexo I:

- Obtenção de 40 pontos na Tabela I: Produção Científica Qualificada;
- Obtenção de 12 pontos na Tabela II: Actividades Associadas ao Ensino, Investigação e Extensão;
- Obtenção de 8 pontos na Tabela III: Gestão Universitária.

Ter avaliação em média de 70% (escala de 0 a 100) na avaliação docente, durante o período de permanência na categoria.

Artigo 12º **(Enquadramento na Categoria de Assistente)**

O enquadramento de Docentes na categoria de Assistente obedece aos seguintes critérios:

I – Para admissão:

Ter concluído curso de especialização e com experiência profissional na área específica ou de docência em nível superior de pelo menos dois anos, ou possuir grau de Mestre sem exigência de experiência docente.

II – Progressão:

Possuir o grau de Doutor, sem exigência de experiência de docência em nível superior.

Ter avaliação em média de 70% (escala de 0 a 100) na avaliação docente, durante o período de permanência na categoria.

Artigo 13º **(Enquadramento na Categoria de Assistente Estagiário)**

O enquadramento de Docentes na categoria de Assistente Estagiário obedece aos seguintes critérios:

I – Para admissão:

Título de Licenciatura com média igual ou superior a 14 valores.

Ter concluído curso de especialização sem experiência como Docente em nível superior.

II – Progressão:

Ter estado na categoria de Assistente Estagiário pelo menos dois anos cumprindo com competência as funções estabelecidas nessa categoria, definidas no Artigo 22º deste Estatuto.

Ter avaliação em média de 70% (escala de 0 a 100) na avaliação docente, durante o período de permanência na categoria.

Ter concluído curso de especialização, ou possuir grau de Mestre sem exigência de experiência docente.

Artigo 14º **(Vigência dos requisitos de enquadramento)**

Os requisitos de produção científica, académica e profissional serão contabilizados só uma vez durante o período de vigência de cada categoria definida neste Estatuto para fins de cumprimentos dos critérios de admissão e progressão.

Artigo 15º **(Pessoal Docente Especialmente Contratado)**

Além das categorias da Carreira Docente enunciadas no Artigo 6, podem ser contratadas para a prestação de serviço docente individualidades nacionais ou estrangeiras, de reconhecida competência científica, tecnológica, pedagógica, cultural ou profissional, cuja colaboração se revista de interesse e necessidade inegáveis para o ISPTEC.

As actividades do Pessoal Docente especialmente contratado se ajustam à política contractual da Instituição.

Artigo 16º
(Categorias do Pessoal Docente Especialmente Contratado)

As categorias do Pessoal Docente especialmente contratados são as seguintes:

- a) Professor Visitante;
- b) Professor Convidado.

Secção III
Funções do Corpo Docente

Artigo 17º
(Funções Gerais dos Docentes)

Aos Docentes cabe, em geral, exercer as seguintes funções:

- a) Prestar o serviço docente que lhe for incumbido;
- b) Desenvolver, individualmente ou em grupo, a investigação científica;
- c) Desempenhar actividades no âmbito da organização e gestão da Instituição;
- d) Participar nas tarefas de extensão universitária.

Artigo 18º
(Funções Específicas do Professor Titular)

Para além do estabelecido nas funções gerais previstas no Artigo 17º do presente Estatuto, cabe ao Professor Titular exercer as seguintes funções:

- a) Conceber planos de organização e gestão da Instituição no âmbito administrativo, pedagógico, científico e de extensão;
- b) Dirigir um Departamento de Ensino, investigação ou extensão;
- c) Coordenar actividades de investigação e ensino ou grupo/núcleo de investigação e pós-graduação;
- d) Reger cursos e UC dos cursos de licenciatura e de pós-graduação;
- e) Ministras as respectivas aulas teóricas, teórico-práticas, práticas e trabalhos laboratoriais;
- f) Dirigir ou coordenar cursos e projectos de pós-graduação, mestrado e doutoramento;
- g) Presidir a actos académicos;

- a) Orientar teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de fim de curso de licenciatura;
- b) Realizar trabalhos de investigação científica e actividades de extensão.

Artigo 19º **(Funções Específicas do Professor Associado)**

Para além do estabelecido nas funções gerais previstas no Artigo 17º do presente Estatuto, cabe ao Professor Associado exercer as seguintes funções:

- a) Dirigir um Departamento de Ensino, investigação ou extensão;
- b) Coordenar cursos de graduação e reger UC, de pós-graduação;
- c) Participar na elaboração e execução dos planos de estudos e programas das disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação;
- d) Orientar, coordenar e supervisionar as actividades dos Assistentes e dos Assistentes Estagiários;
- e) Presidir actos académicos;
- f) Ministras as respectivas aulas teóricas, teórico-práticas, práticas e trabalhos laboratoriais;
- g) Dirigir ou coordenar projectos de pós-graduação, mestrado e doutoramento;
- h) Orientar teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de fim de curso de licenciatura;
- i) Realizar trabalhos de investigação científica e actividades de extensão.

Artigo 20º **(Funções Específicas do Professor Auxiliar)**

Para além do estabelecido nas funções gerais previstas no Artigo 17º do presente Estatuto, cabe ao Professor Auxiliar exercer as seguintes funções:

- a) Ministras aulas teóricas, teórico-práticas, práticas e trabalhos de laboratório em cursos de graduação e pós-graduação, de acordo com a carga horária e atribuições definidas na regulamentação em vigor;
- b) Participar na organização e gestão da Instituição no âmbito administrativo, pedagógico, científico e de extensão universitária;
- c) Orientar dissertações de mestrado e trabalhos de fim de curso;

- d) Orientar, coordenar e supervisionar as actividades dos Assistentes e dos Assistentes-Estagiaários;
- e) Dirigir, coordenar e orientar actividades associadas a um Departamento de Ensino, investigação ou extensão na ausência do Professor Associado;
- f) Reger UC dos cursos de licenciatura, podendo igualmente ser-lhe distribuído serviço idêntico ao dos Professores Associados, caso tenha quatro anos de efectivo serviço como Docente de instituições do Ensino Superior e as condições de serviço assim o exijam e o permitam;
- g) Participar na elaboração e execução dos planos de estudos e programas das disciplinas dos cursos de graduação;
- h) Presidir actos académicos na ausência do Professor Associado.

Artigo 21º **(Funções Específicas do Assistente)**

Para além do estabelecido nas funções gerais previstas no Artigo 17º do presente Estatuto, cabe ao Assistente exercer as seguintes funções:

- a) Ministras aulas teóricas, teórico-práticas, práticas e trabalhos de laboratório em cursos de graduação, de acordo com a carga horária e atribuições definidas na regulamentação em vigor;
- b) Não pode, sem o seu consentimento, prestar serviço docente em mais de uma UC nem, salvo a seu requerimento, em UC diversas ou não pertencentes ao grupo de UC para que foram contratados;

No exercício das suas funções, cada Assistente é acompanhado por um Professor, designado pelo Conselho Pedagógico do Instituto ou pelo respectivo Departamento de Ensino.

Artigo 22º **(Funções Específicas do Assistente Estagiário)**

Para além do estabelecido nas funções gerais previstas no Artigo 17º do presente Estatuto, cabe ao Assistente Estagiário exercer as seguintes funções:

- a) Auxiliar a execução das aulas teórico-práticas, práticas e trabalhos laboratoriais em cursos de graduação e de superação profissional, de acordo com a carga horária e atribuições definidas na regulamentação em vigor;

- b) Não pode, sem o seu consentimento, prestar serviço docente em mais de uma UC nem, salvo a seu requerimento, em UC diversas ou não pertencentes ao grupo de UC para que foram contratados;
- c) No exercício das suas funções, cada Assistente Estagiário é acompanhado por um Professor, designado pelo Conselho Pedagógico do Instituto ou pelo respectivo Departamento de Ensino.

Artigo 23º **(Funções do Pessoal Docente Especialmente Contratado)**

- 1. Os Professores visitantes e os Professores convidados desempenham as funções correspondentes às da categoria do Corpo Docente estabelecidas neste Estatuto e a que forem equiparados por via contratual.
- 2. Os Assistentes convidados são igualmente equiparados por contrato e têm competência idêntica à dos Assistentes.

Secção IV **Perfil do Pessoal Docente Especialmente Contratado**

Artigo 24º **(Perfil do Professor Visitante)**

O Professor Visitante deve preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Ser Docente de uma instituição de ensino superior nacional ou estrangeira em áreas científicas análogas àquelas para as quais se pretende que seja contratado;
- b) Ser possuidor de reconhecida competência profissional e assinalável prestígio e grau académico mínimo de Mestre;
- c) Ser proposto pelo menos por dois Professores da especialidade para a qual se pretenda contratar;
- d) Obter parecer favorável do Conselho Científico e do Conselho de Direcção da Instituição.

**Artigo 25º
(Perfil do Professor Convidado)**

O Professor Convidado deve preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Ser uma individualidade nacional ou estrangeira em áreas científicas análogas àquelas para as quais se pretende que seja contratado;
- b) Ser possuidor de reconhecida competência profissional e assinalável prestígio e grau académico mínimo de Licenciado;
- c) Ser proposto pelo menos por dois Professores da especialidade para a qual se pretenda contratar;
- d) Obter parecer favorável do Conselho Científico e do Conselho de Direcção da Instituição.

**CAPÍTULO III
REGIME ESPECÍFICO DE RECRUTAMENTO E PROVIMENTO DO CORPO DOCENTE**

**Secção I
Disposições Comuns**

**Artigo 26º
(Oportunidade de Provimento)**

1. O provimento do Corpo Docente só é possível caso se verifiquem cumulativamente as condições específicas previstas nas secções II e III deste capítulo e as seguintes:
 - a) Existência de vaga no quadro do pessoal da Instituição;
 - b) Certificação da agregação pedagógica do candidato ou experiência comprovada;
 - c) Avaliação de desempenho científico positivo do candidato;
 - d) Aprovação da candidatura mediante deliberação do Conselho Científico do Instituto, sob proposta fundamentada do respectivo Departamento.
2. O estatuido nas alíneas b) e c) do número anterior não é aplicável aos casos de ingresso para as categorias que não o requerem, como definido neste Estatuto.

Artigo 27º
(Modalidades de Recrutamento)

1. O recrutamento de candidatos para o provimento numa categoria do Corpo Docente do quadro de pessoal do ISPTEC é feito através de:
 - a) Política normativa de contratação docente, para novos candidatos ao respectivo quadro de Pessoal Docente;
 - b) Progressão vertical, nas categorias superiores, para os candidatos integrados no respectivo quadro de Pessoal Docente;
2. Os concursos de ingresso e de promoção referidos nas alíneas a) e b) do nº 1 regem-se por regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Científico do Instituto.

Secção II
Recrutamento e Provimento dos Docentes do Quadro de Pessoal

Artigo 28º
(Recrutamento por Via de Ingresso)

O recrutamento de candidatos por via de ingresso na Carreira Docente do ISPTEC, sem prejuízo dos requisitos exigidos nos termos do presente diploma, é feito através de políticas normativas de contratação docente do ISPTEC, numa das categorias definidas no Artigo 6 deste Estatuto.

Artigo 29º
(Recrutamento por Via de Progressão)

O recrutamento por via de progressão nas categorias superiores da Carreira Docente do ensino superior, sem prejuízo dos demais requisitos exigidos nos termos do presente Estatuto (Artigos 9-13), é feito mediante progressão dos candidatos com categorias imediatamente inferiores, numa das categorias de Assistente, Professor Auxiliar, Professor Associado e Professor Titular, respectivamente.

Artigo 30º
(Modalidades de Provimento do Corpo Docente)

1. O provimento dos candidatos apurados através de políticas normativas de ingresso é feito através de nomeação ou contrato administrativo de provimento.

2. O provimento dos candidatos apurados através de políticas normativas de progressão é feito, conforme os casos e nos termos regulados no presente Estatuto, através de contrato administrativo de provimento, nas categorias de Assistente Estagiário, Assistente, Professor Auxiliar, Professor Associado e Professor Titular;
3. Os contratos administrativos referidos nos números anteriores são celebrados entre os candidatos e a Direcção do ISPTEC.
4. No ISPTEC os contratos administrativos podem ser do tipo contrato por tempo determinado, contrato por tempo indeterminado e ainda a contrato de prestação de serviço.

Artigo 31º **(Provimento de Professores Titulares)**

1. O provimento na categoria de Professor Titular por ingresso é feito através de contrato administrativo de provimento, precedido de aprovação em concurso público de ingresso, podendo concorrer os candidatos que preencham os requisitos previstos no Artigo 9º deste Estatuto.
2. O provimento na categoria de Professor Titular por progressão é feito por nomeação precedida de aprovação na prova pública e cumprimento dos requisitos definidos no Artigo 9º.
3. A contratação do Professor Titular por ingresso faz-se inicialmente por um período de um ano, ao fim do qual poderá ser alterada para tempo indeterminado, mediante parecer favorável do Conselho Científico.

Artigo 32º **(Provimento de Professores Associados)**

1. O provimento na categoria de Professor Associado por ingresso é feito através de contrato administrativo de provimento, precedido de aprovação em concurso público de ingresso, podendo concorrer os candidatos que preencham os requisitos previstos no Artigo 10º deste Estatuto.
2. O provimento na categoria de Professor Associado por progressão é solicitado ao Conselho Científico da Instituição por requerimento. Cabe a este órgão deliberar sobre o requerimento fundamentado do interessado, quanto à satisfação das condições a que se refere o Artigo 10º.

3. A contratação do Professor Associado por ingresso faz-se inicialmente por um período de um ano, ao fim do qual poderá ser alterada para tempo indeterminado, mediante parecer favorável do Conselho Científico.

Artigo 33º (Provimento de Professores Auxiliares)

1. O provimento na categoria de Professor Auxiliar por ingresso é feito através de contrato administrativo de provimento, precedido de aprovação em concurso público de ingresso, podendo concorrer os candidatos que preencham os requisitos previstos no Artigo 11º deste Estatuto.
2. O provimento na categoria de Professor Auxiliar por progressão é solicitado ao Conselho Científico da Instituição por requerimento. Cabe a este órgão deliberar sobre o requerimento fundamentado do interessado, quanto à satisfação das condições a que se refere o Artigo 11º.
3. A contratação do Professor Auxiliar por ingresso faz-se inicialmente por um período de um ano, ao fim do qual poderá ser alterada para tempo indeterminado, mediante parecer favorável do Conselho Científico.

Artigo 34º (Provimento de Assistentes)

1. O provimento na categoria de Assistente por ingresso é feito através de contrato administrativo de provimento, precedido de aprovação em concurso público de ingresso, podendo concorrer os candidatos que preencham os requisitos previstos no Artigo 12º deste Estatuto.
2. O provimento na categoria de Assistente por progressão é solicitado ao Conselho Científico da Instituição por requerimento. Cabe a este órgão deliberar sobre o requerimento fundamentado do interessado, quanto à satisfação das condições a que se refere o Artigo 12º.
3. Os graus e diplomas referidos no Artigo 12º têm obrigatoriamente de incidir sobre especialidade adequada à área científica da UC ou do grupo de UC em que os Assistentes prestem serviço.
4. A aquisição do grau de Mestre, por parte do Assistente Estagiário, independentemente do tempo de permanência nesta categoria e de certificação

da agregação pedagógica, confere-lhe direito de concorrer documentalmente para ser promovido e provido na categoria de Assistente.

5. Os Assistentes, quando vinculados por contrato administrativo, são providos por contrato anual prorrogável sucessiva e automaticamente até um período de cinco anos, que pode ser renovado somente por mais um período de até 3 (três) anos.
6. A prorrogação só pode ser autorizada mediante proposta fundamentada do Conselho Científico, baseada em relatório do Professor responsável pela disciplina, grupo de disciplinas ou respectivo Departamento e desde que o Assistente tenha em fase adiantada o trabalho de investigação conducente à elaboração da respectiva tese de doutoramento.
7. Requeridas as provas de doutoramento, o contrato, se for caso disso, poderá ser prorrogado até à realização dessas provas.

Artigo 35º (Provimento de Assistentes Estagiários)

1. O provimento na categoria de Assistente Estagiário é feito através contrato administrativo de provimento, precedido de aprovação em concurso público de ingresso, podendo concorrer os candidatos que preencham os requisitos previstos no Artigo 13º deste Estatuto.
2. No caso de os candidatos a Assistente Estagiário terem desempenhado o cargo de Monitor, deverá ser tida em consideração a informação fundamentada do Professor sob cuja orientação tenham trabalhado.
3. A contratação de Assistentes Estagiários faz-se por um período de um ano, podendo ser prorrogada ou renovada até três vezes por iguais e sucessivos períodos de tempo, mediante parecer favorável do Conselho Científico.
4. Só podem permanecer no exercício de funções de Assistente Estagiário, após o termo da terceira prorrogação ou renovação, aqueles que tenham, até essa data, pelo menos:
 - a) Concluído um curso de especialização ou apresentado dissertação para obtenção do grau de mestre;
 - b) Requerido a admissão a provas de aptidão pedagógica e capacidade científica.

5. Nos casos previstos no número anterior, o contrato é prorrogado até à defesa da dissertação ou à realização das provas, não podendo em caso algum essa prorrogação ultrapassar um ano.

Artigo 36º (Quadros de Professores)

A afectação dos lugares de Professores Titulares, Associados, Auxiliares, Assistentes e Assistentes Estagiários no ISPTEC é feita pela entidade promotora.

Artigo 37º (Antiguidade e Progressão)

1. Para efeitos de precedência, a antiguidade dos Professores Titulares, Associados e Auxiliares conta-se a partir da data da primeira nomeação para essas categorias.
2. Quando dois ou mais Professores Associados sejam nomeados no mesmo dia, a progressão para Professor Titular será determinada pelo maior número de requisitos cumpridos, e, se este também for o mesmo, pela antiguidade na obtenção do grau de Doutor.
3. Quando dois ou mais Professores Auxiliares sejam nomeados no mesmo dia, a progressão para Professor Associado será determinada pelo maior número de requisitos cumpridos, e, se este também for o mesmo, pela antiguidade na obtenção do grau de Doutor.
4. As listas de progressão são tornadas públicas por meio de afixação em local visível da Instituição, podendo os interessados recorrer perante o Director Geral, nos trinta (30) dias imediatos, e apresentar as reclamações que julgarem pertinentes.

Secção III Concurso para o Provimento das Categorias de Professores Titular, Associado e Auxiliar

Artigo 38º (Determinação da Abertura dos Concursos e Quadro de Pessoal)

1. Os concursos para contratação de Professores Titulares, Associados e Auxiliares são abertos para uma UC ou grupo de UC, segundo as vagas existentes nos quadros da Instituição.

2. O quadro da Instituição referido no número anterior é o aprovado com o estatuto orgânico do respectivo Departamento de Ensino.
3. O concurso para contratação de Professor Titular envolve a realização de uma prova pública.
4. O concurso para contratação de Professores Associados e Auxiliares é documental.

Artigo 39º (Finalidade dos Concursos)

1. Os concursos destinam-se a averiguar o mérito do curriculum e da obra científica dos candidatos, a competência académica, a capacidade de investigação e o valor da actividade pedagógica desenvolvida.
2. Em sede do concurso são designadamente apreciados o desempenho científico, a capacidade pedagógica e o desempenho noutras actividades relevantes para a missão do ISPTEC que tenham sido desenvolvidas pelo candidato.

Artigo 40º (Abertura do Concurso)

1. A decisão de abertura de concurso compete ao Director Geral, sob proposta do Conselho Científico do Instituto, ouvido o responsável do Departamento de Ensino.
2. A proposta a que se refere o número anterior deve ser instruída, com os seguintes elementos:
 - a) Indicação da categoria para a qual o concurso é aberto por referência ao número de postos de trabalho a ocupar previstos no mapa de Pessoal Docente do Departamento de Ensino;
 - b) Área ou áreas de UC em que se insere o lugar posto a concurso;
3. A abertura do concurso é feita por edital, divulgado num jornal de publicação nacional.
4. Recebida a proposta, o Director Geral decide no prazo de 30 dias.

Artigo 41º (Provas públicas)

1. As provas públicas a que se referem os artigos anteriores constam de um regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Científico, com a observância da

legislação aplicável e das orientações que eventualmente são determinadas, a respeito, pelo órgão de tutela.

2. No concurso para Professor Titular, pode ser exigido aos candidatos a apresentação de um projecto científico e/ou pedagógico que o candidato se proponha a desenvolver na área ou áreas de UC para a qual foi aberto o concurso, em termos a definir previamente.

Artigo 42º (Equiparação)

1. São equiparados às categorias da Carreira Docente do ensino superior, os Docentes em tempo parcial, nacionais ou estrangeiros, contratados além do quadro, desde que reúnam os requisitos exigidos para cada uma das categorias existentes.
3. Excepcionalmente poderá ser contratado como Professor Titular equiparado, o Docente que já tenha estado na referida categoria em regime de tempo integral.

Secção IV Recrutamento e Provimento do Pessoal Docente Especialmente Contratado

Artigo 43º (Provimento do Pessoal Docente Especialmente Contratado)

1. O provimento nas categorias de Professor Visitante e Professor Convidado é feito exclusivamente através de contrato específico celebrado entre o candidato e a Instituição, sob proposta do Departamento de Ensino, com parecer favorável do Conselho Científico e do Conselho de Direcção do Instituto, a título de contratação de candidatos não integrados no respectivo quadro de pessoal.
2. A modalidade de contrato referida no número anterior só é permitida em situações excepcionais de interesse e necessidade inegáveis do respectivo Departamento de Ensino.

Artigo 44º (Provimento de Professores Visitantes)

1. Os Professores Visitantes são recrutados por convite, de entre Professores de reconhecida competência e assinalável prestígio que exerçam funções Docentes

em instituições de ensino superior e preencham os requisitos do respectivo perfil previsto no Artigo 24º deste Estatuto.

2. O convite a Professores Visitantes deve fundamentar-se em relatório subscrito por um mínimo de 2 (dois) Professores da especialidade, devendo ser aprovado pelo Conselho Científico e Conselho de Direcção, fundamentando-se em prova documental contendo *Curriculum Vitae* e demais comprovativos do perfil académico e científico.
3. Os Professores Visitantes são providos por contrato por tempo determinado, até ao máximo de um ano, renovável por iguais e sucessivos períodos, sob parecer favorável do Conselho Científico.
4. A equiparação contratual é estabelecida conforme previsto no Artigo 16º.

Artigo 45º **(Provimento de Professores Convidados)**

1. Os Professores Convidados são recrutados por convite, de entre individualidades nacionais ou estrangeiras, cujo mérito, no domínio nas disciplinas que leccionam ou outras profissões que exercem no país, esteja comprovado por valiosa obra científica e que preencham os demais requisitos do perfil previsto no Artigo 25º deste Estatuto.
2. O convite deve fundamentar-se em pareceres subscritos por um mínimo de 3 (três) Professores da especialidade, devendo ser aprovado pelo Conselho Científico e Conselho de Direcção, fundamentando-se em prova documental contendo *Curriculum Vitae* e demais comprovativos do perfil académico, científico ou profissional.
3. Os Professores Convidados são providos por contrato por tempo determinado, até ao máximo de um ano, renovável por iguais e sucessivos períodos, sob parecer favorável do Conselho Científico.
4. A equiparação contratual é estabelecida conforme previsto no Artigo 16º

CAPÍTULO IV

REGIME ESPECÍFICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE

Artigo 46º **(Modalidades de Prestação de Serviço)**

1. O Pessoal Docente do ISPTEC exerce as suas actividades em regime de tempo integral ou em regime de tempo parcial (contratados à hora).
2. Os Professores Convidados ou Visitantes, que desempenham outras funções públicas ou privadas, consideradas pelo Conselho Científico como incompatíveis com a prestação de serviço em tempo integral, são contratados em regime de tempo parcial (contratados à hora).

Artigo 47º **(Regime de tempo integral)**

1. Aos Docentes em regime de tempo integral é exigida a presença mínima na Instituição de 40 (quarenta) horas semanais das quais 35% (14 Horas) desta carga horária dedicada a actividades lectivas semanais, completadas com actividades de preparação de aulas, investigação científica e extensão universitária, atendimento de estudantes e colaboração em função das tarefas de carácter pedagógico, organizativo e administrativo num ou mais Departamento de Ensino da respectiva Instituição.
2. Na impossibilidade de envolvimento nas actividades de complementação da carga horária definida acima, devem ser acrescidas seis (6) horas, para Professores que não têm projectos de investigação científica ou de extensão aprovados pela Instituição.
3. Professores envolvidos em investigação científica, com projecto(s) em execução devem ter a carga lectiva reduzida em seis (6) horas daquela definida no item 1, deste Artigo.
4. Os Professores enquadrados no Regime de Tempo Integral podem assumir cargos de direcção e gestão no ISPTEC e por isso podem ter a carga horária lectiva reduzida do percentual definido no item 1, deste Artigo, obedecidos os seguintes critérios:
 - a) duas (2) horas para Professores Regentes;
 - b) quatro (4) horas para Professores com cargo de Coordenação de Curso;

- c) oito (8) horas para Professores com cargo de Chefe de Departamento;
- 5. Os titulares dos cargos de gestão do ISPTEC, e dos Departamentos de Ensino, estão dispensados da prestação de serviço docente sem prejuízo de, por sua iniciativa, o prestarem
- 6. Ao Conselho Científico compete propor ao Director Geral as medidas adequadas à efectivação do disposto no número anterior e ajuizar o cumprimento dos correspondentes deveres do Corpo Docente.

Artigo 48º (Regime de Tempo Parcial)

No regime de tempo parcial, o número total de horas de serviço por semana, incluindo aulas, sua preparação e apoio aos estudantes, é contratualmente fixado entre um mínimo de quatro e um máximo de vinte horas, consoante a categoria do Docente.

Artigo 49º (Dedicação Exclusiva)

1. Consideram-se em regime de dedicação exclusiva os Docentes referidos no Artigo 47º, os Professores visitantes e convidados, em regime de tempo integral, que declaram renunciar ao exercício de qualquer função ou actividade remunerada, pública ou privada.
2. A violação do compromisso referido no número anterior implica a reposição das importâncias efectivamente recebidas correspondentes à diferença entre o regime de tempo integral e parcial, para além da eventual responsabilidade disciplinar.
3. Não envolve quebra do compromisso assumido nos termos da declaração referida no número 1 deste artigo a percepção de remunerações decorrente de:
 - a) Direitos de autor;
 - b) Realização de conferências, palestras, cursos breves, consultorias e outras actividades análogas;
 - c) Ajudas de custo;
 - d) Despesas de deslocação;
 - e) Desempenho de funções em órgãos da Instituição a que esteja vinculado;

- f) Da participação em órgãos consultivos de outras Instituições, desde que com a anuência prévia desta;
- g) Participação em júris de concursos ou exames noutras Instituições;
- h) Prestação de serviço docente noutro estabelecimento de ensino superior, quando, com autorização prévia, se realize para além do período semanal de 40 horas de serviço e não exceda 6 horas semanais.

Artigo 50º (Âmbito do Serviço Docente)

1. Quando tal se justifique, pode ser excedido o limite do tempo de serviço que concretamente tenha sido fixado nos termos do Artigo 47º, contabilizando-se, nesta hipótese, o tempo despendido pelo respectivo Docente, o qual, se assim o permitirem as condições de serviço, pode vir a ser dispensado do serviço de aulas noutros períodos correspondentes do ano académico.
2. Para além do tempo de aulas, o horário de serviço docente integra a participação nas tarefas de carácter pedagógico, organizativo e administrativo no Departamento de Ensino da respectiva Instituição e as actividades de preparação de aulas, atendimento de estudantes, investigação científica e extensão.
3. Quando os Assistentes, em situação extraordinária, forem incumbidos da regência de UC, cada hora lectiva nas respectivas aulas teóricas corresponderá, para todos os efeitos, a hora e meia de serviço docente.
4. É considerado serviço docente, a regência UC, bem como a elaboração e correcção de provas de todo o tipo.
5. É considerado serviço Docente a leccionação de cursos de curta duração sobre matérias de interesse científico para a Instituição, não incluídas no respectivo quadro de UC, desde que autorizados pelo Conselho Científico.

Artigo 51º (Serviço Docente Nocturno)

1. Considera-se serviço docente nocturno o que for prestado em aulas para além das 18h30min, salvo legislação mais favorável para o pessoal abrangido neste Estatuto.

2. Cada hora lectiva nocturna corresponde, para todos os efeitos, em termos de carga lectiva, a hora e meia lectiva diurna, salvo legislação mais favorável para o pessoal abrangido neste Estatuto.

Artigo 52º (Leccionação por Mais de Um Professor)

A leccionação de aulas teóricas de uma UC pode ser exercida por mais de um Professor, de acordo com a respectiva especialização, independentemente da orientação geral continuar a ser da responsabilidade do respectivo Regente.

Artigo 53º (Aposentação)

1. O pessoal da Carreira Docente tem direito a aposentação, nos termos da legislação em vigor.
2. Os Professores aposentados podem participar em júris de concursos ou provas de natureza académica, leccionar UC não incluídas nos planos de estudo obrigatórios e prosseguir trabalhos de investigação.
3. Os Professores Titulares e Associados que sejam aposentados por limite de idade e como tal designados Professores Jubilados, auferem a respectiva remuneração ao abrigo da legislação aplicável.

Artigo 54º (Transição)

1. Para transição para tempo integral, o Docente em regime de tempo parcial:
 - a) Está obrigado ao cumprimento das tarefas que lhe forem acometidas;
 - b) Deve reunir os requisitos exigidos para os Docentes do quadro;
 - c) Obter parecer favorável do Departamento de Ensino.

CAPÍTULO V DEVERES E DIREITOS DOS DOCENTES

Artigo 55º (Deveres dos Docente)

No âmbito das funções genericamente definidas no Artigo 17º do presente Estatuto, constituem deveres de todos os Docentes:

- a) Desempenhar com zelo, competência e dedicação as suas funções;
- b) Assegurar o exercício das funções de cargos de direcção para que forem designados;
- c) Manter actualizados e desenvolver os seus conhecimentos culturais e científicos e efectuar trabalhos de investigação, numa procura constante do progresso científico e da satisfação das necessidades sociais, económicas e tecnológicas do país e das suas regiões ou comunidades;
- d) Desempenhar activamente as suas funções, nomeadamente elaborando e pondo à disposição dos estudantes lições e outros trabalhos didácticos actualizados;
- e) Cooperar interessadamente nas actividades de extensão da Instituição, como forma de apoio ao desenvolvimento da sociedade em que essa acção se projecta;
- f) Colaborar com as autoridades competentes e com os órgãos interessados no estudo e desenvolvimento do ensino e da investigação, com vista a uma constante satisfação das necessidades e fins conducentes ao progresso da sociedade angolana;
- g) Promover e contribuir para o desenvolvimento da investigação e da prestação de serviços;
- h) Velar pela correcta utilização dos bens da Instituição principalmente dos meios colocados à sua disposição;
- i) Cumprir e fazer cumprir as orientações superiores;
- j) Não recusar, retardar ou omitir injustificadamente a resolução de um assunto ou o cumprimento de um acto que deve realizar em razão do seu cargo;
- k) Utilizar correctamente e conservar em boas condições os bens e equipamentos sob sua responsabilidade;
- l) Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor.

**Artigo 56º
(Direitos dos Docentes)**

No âmbito do desempenho das suas funções e do provimento adequado das categorias Docentes referidas neste Estatuto, constituem direitos de todos os Docentes:

- a) O acesso à pós-graduação (especialização, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento);
- b) O acesso à frequência de estágios;
- c) A dispensa das suas actividades para participar em eventos científicos, educativos e técnicos;
- d) A renovação tácita dos seus contratos, pelo período respectivo e independentemente de qualquer formalidade, no caso de estes não serem denunciados até 30 dias antes do termo do seu prazo.

**Artigo 57º
(Liberdade de Orientação e de Opinião Científica)**

- 1. O Pessoal Docente do ISPTEC goza da liberdade de orientação e de opinião científica no exercício da docência e na elaboração e condução dos respectivos programas de ensino e investigação, incluindo a de escolha de parceiros e orientadores sob parecer favorável do Conselho Científico.
- 2. O disposto no número anterior não prejudica a observância da filosofia pedagógica, os valores e os programas curriculares de ensino das instituições do ensino superior, aprovados superiormente.

**Artigo 58º
(Regalias)**

- 1. Os Docentes do ISPTEC auferem dos direitos e regalias que estão previstos por lei e respectivos instrumentos de vinculação.
- 2. Os Docentes do ISPTEC podem obter financiamento da Instituição para participar em eventos científicos, pedagógicos, técnicos e culturais no país ou no estrangeiro, mediante aprovação do Conselho Científico, nos termos do regulamento próprio e com aprovação da Direcção Geral.

Artigo 59º (Férias e licenças)

1. O Pessoal Docente tem direito às férias, nos termos da lei aplicável correspondentes às das respectivas instituições de ensino superior, sem prejuízo do serviço Docente.
2. O Pessoal Docente do ISPTEC goza de outras licenças previstas na lei e por contrato.

Artigo 60º (Licença Sabática)

1. No termo de cada quinquénio de serviço, podem os Professores Titulares e Associados do ISPTEC, sem perda ou lesão de quaisquer dos seus direitos, requerer a dispensa da actividade docente pelo período de um ano, a fim de realizarem trabalho de investigação ou publicarem obras de vulto incompatíveis com a manutenção das suas tarefas correntes na Instituição.
2. Os projectos de investigação científica apresentados no âmbito da licença sabática são financiados na totalidade pela Instituição, desde que devidamente aprovados pelo Conselho Científico e homologados pela Direcção Geral.
3. Durante a licença sabática o Professor auferir, na íntegra, o seu salário e subsídios conforme a sua categoria.
4. Terminada a licença sabática, o Professor apresenta no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias um relatório sobre a actividade desenvolvida durante a mesma.
5. Uma vez terminada a licença sabática a que se referem os números anteriores, o Professor contrai a obrigação de, no prazo máximo de 6 (seis) meses, apresentar ao Conselho Científico um relatório com os resultados do seu trabalho, sob pena de ser compelido a repor as quantias correspondentes às remunerações auferidas durante aquele período.
6. A licença sabática, no ISPTEC, é objecto de acordo em função do regulamento próprio aprovado pelo Conselho Científico e homologada pela Direcção Geral.

Artigo 61º
(Dispensa de Serviço Docente dos Assistentes e Professores Auxiliares)

1. Durante o período de vinculação, nos termos do Artigo 56º, os Assistentes do ISPTEC têm direito à dispensa da actividade docente, por um período máximo de três anos, a fim de prepararem os respectivos doutoramentos, desde que tenham cumpridos, pelo menos, dois (2) anos na respectiva categoria. A dispensa do serviço docente precisa da aprovação da Direcção Geral, mediante requerimento dos interessados feito até seis (6) meses antes do término de cada ano académico.
2. A dispensa prevista no número anterior é concedida por um período de três (3) anos seguidos ou interpolados e depende de informação fundamentada do Conselho Científico do Instituto, baseada no relatório do Professor Orientador do doutoramento.
3. No final de cada período de dispensa de serviço, o Assistente deve apresentar ao Conselho Científico um relatório sobre o andamento da preparação da tese de doutoramento, com base no qual a dispensa é ou não renovada.
4. A disposição prevista no presente artigo pode ser acordada entre o ISPTEC e os interessados, segundo as especificidades.

CAPITULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 62º
(Deficiências e Irregularidades)

A constatação de deficiências ou irregularidades graves no desempenho das funções do Pessoal Docentes implica a aplicação das medidas sancionatórias estabelecidas nas Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino Superior, no Regime Disciplinar da Administração e demais legislação aplicável.

Artigo 63º
(Dúvidas e Omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação do presente diploma serão resolvidas pelo Director Geral.

Artigo 64º
(Entrada em Vigor)

O presente Estatuto entra em vigor na data da sua assinatura.

Luanda, 14 de Agosto de 2014

O Director Geral
Baltazar Miguel

ANEXO I: CONJUNTO DE REQUISITOS PARA PROGRESSÃO NA CARREIRA DOCENTE

Tabela I: PRODUÇÃO CIENTÍFICA QUALIFICADA

REQUISITOS DE REFERÊNCIA	Pontos
1 Artigo em periódico científicos reconhecidos (<i>peer review</i>) a nível internacional.	10
1 Livro publicado no exterior com ISBN.	5
1 Produto, técnica ou processo criado ou desenvolvido, com depósito ou patente.	5
1 Trabalho aceite em eventos científicos reconhecidos de carácter internacional.	4
1 Orientação de tese de Doutoramento defendida e aprovada.	4
1 Elaboração de capítulo de um livro, no exterior, com ISBN.	3
1 Artigo em periódico científico reconhecido (<i>peer review</i>) a nível nacional.	3
1 Co-orientação de tese de Doutoramento defendida e aprovada.	3
1 Livro publicado em Angola com ISBN.	2
1 Participação na organização do livro no exterior com ISBN.	2
1 Trabalho aceite em eventos científicos reconhecidos de carácter nacional.	2
1 Orientação de dissertação defendida e aprovada.	2
1 Elaboração de capítulo de um livro, em Angola, com ISBN.	1,5
1 Co-orientação de dissertação defendida e aprovada.	1,5
1 Participação na organização do livro em Angola com ISBN.	1
TOTAL	49

Tabela II: ACTIVIDADES ASSOCIADAS AO ENSINO, INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO

REQUISITOS DE REFERÊNCIA	
1 Curso ministrado em evento internacional, mediante certificação.	6
1 Coordenação de projecto de investigação, com financiamento ou bolsas de órgãos de fomento.	5
1 Participação em projecto de investigação, individual ou de equipa, com financiamento ou bolsas de órgãos de fomento.	4
1 Participação em comité editorial de revistas científicas.	3
1 Curso ministrado em evento nacional, mediante certificação.	3
1 Realização de pareceres, perícias e consultorias solicitados por entidades reconhecidas nacional ou internacionalmente.	3
1 Coordenador de projecto de extensão.	3
1 Participação em comissões de avaliação e reconhecimento de cursos em outras instituições.	2
1 Participação em projecto de extensão.	2
1 Orientação de monografia exigida em curso de pós-graduação lato sensu.	1,5
1 Participação no júri examinador de tese ou dissertação.	1
1 Orientação de trabalhos de fim de curso com aprovação.	1
TOTAL	34,5

Tabela III: GESTÃO UNIVERSITÁRIA

REQUISITOS DE REFERÊNCIA	
Coordenação ou participação em comissão:	
01 (um) ano de exercício no cargo de Director Geral.	4
01 (um) ano de exercício no cargo de Director Científico e de Extensão ou Director Académico.	3
Projecto pedagógico de criação de novo curso de graduação;	3
Projecto de criação de programa de pós-graduação stricto sensu;	3
Projecto de reformulação curricular;	3
Participação em evento de extensão, de abrangência internacional.	3
Participação em comité organizador ou científico de eventos de abrangência internacional	3
01 (um) ano de exercício no cargo de Chefe de Departamento de Ensino e de Gestão ou similares.	2
02 (dois) anos de exercício no cargo de Coordenador de Curso.	2
Projecto de criação de curso de pós-graduação lato sensu;	2
Participação em evento de extensão, de abrangência nacional.	1
Participação em comité organizador ou científico de eventos de abrangência nacional.	1
Participação em comissões permanentes em Instituições do Ensino Superior.	1
02 (dois) anos de exercício em outros cargos de gestão académica.	1
TOTAL	32